

Trabalho preparado para apresentação no VII Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

A “linha política” do PT em debate: conflitos intrapartidários

Autor: Pedro Gustavo de Sousa Silva
Contato: pedro_gustavoss@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Área temática: Instituições políticas e conflito interinstitucional

25 a 27 de setembro de 2013
Bogotá

RESUMO

A inserção do PT na esfera governativa do Poder Executivo nacional não se deu de forma tranquila. Muitos dilemas e perspectivas vieram à tona com o papel de “ser governo” no âmbito federal. A partir de 2003, não bastava apenas o exercício das críticas e reivindicações. A inserção do PT na esfera governamental e as ações decorrentes da nova função implicaram numa série de atritos internos. Petistas ocupantes de cargos governamentais se viram como alvo de críticas até mesmo de colegas do mesmo partido. Os “petistas no governo” protagonizaram diversas disputas com os petistas situados no Congresso Nacional e nas instâncias partidárias, embora haja exceções de cada lado. Os conflitos entre os setores majoritário e minoritário do PT ganharam forma de maneira mais aguda nos embates relacionados à manutenção da política macroeconômica; na votação da PEC do sistema financeiro; votação da Reforma da Previdência; expulsão dos parlamentares petistas em 2003; origem do P-SOL a partir dos conflitos internos no PT; escândalo do “mensalão”; Processo de Eleições Diretas (PED) do PT em 2005, etc. Meu propósito no presente trabalho é abordar os conflitos entre petistas e governo, analisando os distintos usos da “linha política” partidária pelos grupos internos da sigla. O recurso a “linha política” do PT apareceu como instrumento central dos grupos minoritários nos conflitos internos. Como o grupo dominante nas instâncias de direção do Partido era o mesmo que dirigia o governo, as tendências de esquerda denunciavam tanto a cúpula partidária quanto o governo Lula.

INTRODUÇÃO

Qualquer observador atento aos meandros da política brasileira sabe da importância do Partido dos Trabalhadores (PT) no cenário nacional. Mesmo quando distante dos cargos públicos, sobretudo na primeira metade dos anos 1980, a trajetória do Partido influenciou o rumo da sociedade. Durante a década de 1980 o Partido esteve ligado às grandes greves, à organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Dos anos 1980 até os presentes dias o PT se consolidou como grande partido político na arena institucional. O crescimento dessa sigla na esfera eleitoral ocorreu gradativamente, apesar dos reveses no âmbito presidencial. O Partido colecionava derrotas no pleito presidencial ao mesmo tempo em que multiplicava o número de prefeitos, parlamentares e governadores. O Partido esperou 23 anos para dirigir o Poder Executivo nacional. Foram três derrotas consecutivas nas eleições presidenciais pós-regime militar (1989, 1994 e 1998). Em todas elas o candidato da sigla era Lula.

Essa situação se estendeu até o pleito presidencial de 2002, quando o Partido optou por uma guinada na política de alianças. Basta lembrar-se do empresário José Alencar (à época, estava filiado no PL) no papel de “avalista” do candidato Lula. A parceria PT-PL expressou a consolidação do *trade-off* eleitoral petista. O *Lula lá*, de 1989, se transformou em *Lula light* na disputa de 2002. As raízes dessa aliança com o PL de José Alencar remontam ao processo de transformações internas no PT que tem início em 1989. A eleição de 2002 marca o fim desse ciclo no Partido.

A inserção do PT na esfera governativa do Poder Executivo nacional não se deu de forma tranquila. Muitos dilemas e perspectivas vieram à tona com o papel de “ser governo” no âmbito federal. Depois de 23 anos atuando no Congresso Nacional sob uma lógica de oposição, novas exigências foram colocadas para os petistas. A partir de 2003, não bastava apenas o exercício das críticas e reivindicações. O PT assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade de gerir o governo federal e com isso novos parâmetros de ação se colocaram no rol das estratégias políticas da sigla.

A inserção do PT na esfera governamental e as ações decorrentes da nova função implicaram numa série de atritos internos. Petistas ocupantes de cargos governamentais se viram como alvo de críticas até mesmo de colegas do mesmo partido. Os “petistas no governo” protagonizaram diversas disputas com os petistas situados no Congresso Nacional e nas instâncias partidárias, embora haja exceções de cada lado.

Durante o longo período de oposição, tudo confluía para atuação disciplinada e conjunta do PT nas denúncias contra os governos federais em vigor. Não havia diferenças agudas nos parâmetros de ação dos petistas. Todos estes se uniam sob a bandeira de denúncia dos governos “neoliberais”. A situação muda completamente quando o Partido passa a ocupar a função governativa, pois com isso tem que responder a inúmeras demandas à custa muitas vezes da renúncia dos princípios programáticos. A chegada da sigla ao governo impõe novos parâmetros de ação.

A correlação de forças internas do PT não ficou imune à esfera governamental. Muitos conflitos internos vieram à tona em função das ações governamentais. Embora a gestão fosse composta por uma ampla coalizão de siglas de diversas matizes ideológicas, o PT ocupava papel central na condução do Poder Executivo. Os petistas tinham 60% dos cargos ministeriais e o posto de Presidente da República. Era notório o papel dirigente da sigla no governo Lula.

Dos vinte e um postos ministeriais concentrados na cota do PT, apenas três foram ocupados pelas tendências de esquerda¹. Isso contribuiu para consolidar uma relação de externalidade entre as tendências de esquerda e os dirigentes governamentais. O “núcleo duro” do governo era composto basicamente por integrantes da Articulação – tendência majoritária no PT. Coube à Articulação a condução do governo e do Partido. Aos setores da esquerda petista restou o papel de denunciar as ações dos dirigentes partidários e governamentais em desacordo com a “linha política” do Partido.

Os conflitos entre os setores majoritário e minoritário do PT ganharam forma de maneira mais aguda nos embates relacionados à manutenção da política macroeconômica; na votação da PEC do sistema financeiro; votação da Reforma da Previdência; expulsão dos parlamentares petistas em dezembro de 2003; origem do P-SOL a partir dos conflitos internos no PT; escândalo do “mensalão” em 2005; Processo de Eleições Diretas (PED) do PT em 2005 durante a crise do “mensalão”, etc.

Meu propósito no presente trabalho é abordar os conflitos entre petistas e governo (2003-2006), analisando os distintos usos da “linha política” partidária pelos grupos internos da sigla. O recurso a “linha política” do PT apareceu como instrumento central dos grupos minoritários nos conflitos internos. Como o grupo dominante nas instâncias de direção do Partido era o mesmo que dirigia o governo, as tendências de esquerda denunciavam tanto a cúpula partidária quanto o governo Lula (2003-2006).

Inicialmente, o texto dispõe acerca do contexto eleitoral na disputa presidencial de 2002. Em seguida, aborda a formação do governo Lula (2003-2006), destacando os aspectos que contribuíram para o entendimento dos conflitos entre petistas e governo. Por fim, versa sobre os conflitos e os distintos usos da “linha política” entre esses agentes.

PARCERIA LULA-JOSÉ ALENCAR NAS ELEIÇÕES 2002

O PT, nos seus primeiros documentos de fundação, definia-se como um *Partido sem Patrões*. Para surpresa de muitos, o padrão dessa vez estava do lado do trabalhador no pleito de 2002. Em aliança com José Alencar (PL), pela primeira vez um partido que se reivindicava dos trabalhadores – com um candidato oriundo da classe operária – venceu as eleições presidenciais no Brasil.

A parceria PT-PL foi efetivada à custa de conflitos internos entre as tendências petistas. Setores mais à esquerda dentro do PT eram contrários a tal aliança. Leal descreve as consequências da polêmica parceria:

Nunca tendo integrado o arco de alianças do PT, o PL era historicamente encarado como adversário, por serem ambos os partidos filiados a distintas tradições ideológicas e por terem notórias divergências de concepções e práticas. A efetivação da aliança [PT e PL] chocou parte da opinião pública e revoltou numerosos setores do próprio partido, gerando efeitos, como a renúncia de candidatos ao governo de estados (por exemplo, Heloísa Helena, em Alagoas); a intervenção na chapa proporcional do PT mineiro, obrigado a dividir espaço com candidatos do PL; e constrangimentos por todo o país (LEAL, 2005: 68).

¹ As expressões “esquerda do PT” e “tendências de esquerda” são bastante usadas pela imprensa e inclusive nas disputas internas do Partido. Recorro a essas denominações sem fazer alusão a um possível setor de direita dentro desta sigla. As referidas expressões servem mais para colocar à tona a divisão entre “radicais” e moderados no interior do PT. A tendência Articulação é um exemplo dos moderados.

Essa aliança com José Alencar é resultado de um processo de transformações internas que tem início em 1989. No intervalo entre a eleição presidencial de 1989 e a de 2002 o PT viveu um processo de diluição das referências classistas. A parceria com o PL representou o fim de um ciclo para o PT, pois esta sigla promoveu uma guinada na política de alianças e, ao mesmo tempo, saiu da condição de oposição no âmbito federal.

A brusca mudança na política de alianças ocorreu num cenário de muitas especulações quanto à capacidade governativa do PT. Afinal, às vésperas da eleição de 2002, empresários, banqueiros e analistas de risco internacionais se diziam preocupados com a “governabilidade” e política macroeconômica do futuro governo brasileiro, especialmente se o eleito fosse Lula.

Durante entrevista à *Folha Online*, o então presidente da FEBRABAN² – Gabriel Jorge Ferreira – declarou que sua preocupação com relação às eleições era a maneira de reduzir os juros e “a política de alianças para assegurar a governabilidade” (SOUZA, 2002). Na revista *Veja*, de 22 de maio de 2002, a reportagem de capa abordava o temor dos empresários com a possibilidade de Lula ser eleito. Segundo a matéria, o “mercado” se abalava a cada subida do candidato nas pesquisas: “Entre o empresariado, a maioria se diz preocupada em como o PT vai tratar da dívida externa, da taxa de juros e do equilíbrio das contas públicas” (SECCO & LIMA, 2002).

Essa ideia era generalizada em meio ao empresariado e investidores. Em matéria da *Folha Online*, datada de 08 de junho de 2002, o investidor George Soros afirmou que o Brasil tinha duas escolhas: José Serra ou o caos. Na avaliação de Soros, se Lula vencesse as eleições, os mercados mundiais, achando que o petista daria um calote, se preveniriam contra essa possibilidade. Ao assumir, Lula enfrentaria uma situação tão adversa que não restaria outra escolha senão efetivamente dar o calote (ROSSI, 2002).

Cerca de um mês depois dessa entrevista, Lula lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*. A partir da divulgação desse documento, o então candidato passou a ser mais bem visto pelo empresariado. Ainda assim, alguns investidores expressavam receio diante do eventual governo petista:

A diretora de risco soberano para América Latina da S&P Jane Eddy disse que apesar de o candidato à Presidência do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ter assumido publicamente o compromisso de manutenção da meta de superávit primário e da inflação, ainda há uma desconfiança de como o partido agirá quando estiver no poder. A analista de risco soberano para Brasil da agência de classificação de risco Standard & Poor's Helena Hessel disse hoje que a principal preocupação da agência com uma possível vitória do PT nas eleições presidenciais é com a “governabilidade”. (...) Em teleconferência realizada hoje, Hessel destacou o fato de Lula não ter experiência administrativa como motivo de preocupação. Hessel ressaltou ainda a possibilidade do PT não obter apoio suficiente no Congresso para realizar todas as reformas necessárias (COTTA, 2002).

Nesse cenário de 2002, “muitos temiam” que Lula tentasse, no novo governo, um retorno ao modelo de intervenção do Estado na economia nos moldes da estratégia de substituição de importações (BACHA; BONELLI, 2005: 167). Esse modelo de substituição de importações emerge no país no governo Kubitschek (1956-60) e perdura até os anos 1980. Segundo Franco (1999), os pilares desse modelo

² FEBRABAN significa Federação Brasileira de Associações de Bancos.

consistem no binômio “inflação & proteção”. A inflação e os *déficits* fiscais apareciam como mecanismos para viabilizar, através da poupança forçada, a sustentação de elevados níveis de investimento público. Quanto à proteção, os governos buscavam elevar a segurança e rentabilidade dos investimentos privados mediante proteção, controles de preços, de salários e de créditos.

Esse modelo de industrialização marcado pelo binômio “inflação & proteção” cai em desuso nos anos 1990. O Plano Real abriu caminho no governo FHC (1995-2002) para um “desvio radical do modelo estatizante de substituição de importações que prevaleceu no regime militar” (BACHA; BONELLI, 2005: 167). Esse Plano, que a princípio parecia uma política restrita ao controle inflacionário, evoluiu durante dois mandatos presidenciais (1995-2002) para um dos mais ambiciosos projetos de reestruturação do capitalismo brasileiro desde a década de 1930 (VIANNA apud ABU-EL-HAJ, 2007).

O binômio “inflação & proteção” deu lugar a combinação “abertura e estabilização” durante a década de 1990. O governo FHC (1995-2002) buscou implementar essa combinação mediante inserção do país no processo de globalização; deslocamento do impulso do crescimento para o setor privado; esforço de atração do capital estrangeiro e privatizações. Para Franco (1999), o eixo central desse projeto residia na “aceleração da taxa de crescimento da produtividade” através do aprofundamento do processo de abertura. Por abertura entende-se a “des-repressão dos coeficientes de importação” (FRANCO, *ibid*: 44).

Essa estratégia de integração competitiva no mercado mundial implementada pelos “interdependentistas” no governo FHC se contrapunha ao projeto dos petistas. Os investidores tinham receio da possibilidade de Lula estancar esse processo de abertura do país. A dimensão da desconfiança dos setores especulativos com o então candidato Lula pode ser percebida nas reações do “mercado” ao desempenho do petista nas pesquisas eleitorais. O fato de Lula liderar as pesquisas das eleições 2002 aparecia como um dos fatores “que motivaram as fugas de capitais, as crises cambiais, as perdas de reservas, a elevações da taxa de juros e a manutenção de uma taxa de crescimento medíocre” (SICSÚ *et al*, 2007: 519)³.

A fim de sinalizar para empresários e investidores que a candidatura Lula não representava “ameaça” para os credores internos e externos, a cúpula petista resolveu buscar um “avalista” para cumprir a função de vice. O papel de José Alencar era justamente “acalmar” o empresariado desconfiado das pretensões de Lula.

Empresário milionário do setor têxtil, dono de 11 fábricas, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e ex-vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Alencar, 71, já tem papel definido na campanha: o de “avalista” de Lula junto a investidores e empresários. Confirmar o senador na vaga de vice tornou-se fundamental para o sucesso da candidatura de Lula, de acordo com análise da cúpula petista. (...) Na campanha, ele diz que procurará “mostrar” aos empresários as intenções de Lula, dando como garantia seu exemplo pessoal: “Como empresário, tenho de pensar a longo prazo, e a garantia de estabilidade e mudança responsável é o Lula” (ZANINI, 2002).

A dupla Lula-José Alencar obtém 46,44% da votação válida no primeiro turno e 61,27% no segundo turno. Pela terceira vez consecutiva a eleição ficou

³ Os outros fatores apontados por Sicsú *et al* que contribuíram para formação desse quadro de pequeno crescimento “foram as crises do México, da Rússia, dos países asiáticos, da Argentina, os atentados de 11 de setembro de 2001, as fraudes Enron/Arthur-Andersen (...)” (*ibid*: 519).

polarizada pelas candidaturas do PT e do PSDB. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) disputaram no primeiro turno o posto de Presidente da República. Na eleição de 2002 houve segundo turno entre José Serra (PSDB) e Lula (PT). A candidatura de Lula recebeu o apoio de vasto leque de forças políticas no segundo turno: PT, PL, PC do B, PMN, PCB, PSB, PPS, PDT, PTB, PV e setores do PMDB⁴.

Para César Benjamin (2002), transformar Lula num candidato em que todos os atores relevantes – da FIESP ao MST, do Citibank ao PCdoB – possam reconhecer-se um pouco consistiu na estratégia do PT, executada com grande coerência. Essa ampla aliança eleitoral, contudo, padece de uma contradição intrínseca: quanto mais intensas são as articulações de bastidores e mais amplas as alianças, menos autenticidade, clareza e capacidade de mobilização têm o candidato (BENJAMIN, *ibid*).

As causas motivadoras dessa aliança foram bastante debatidas. Para Coutinho (2002), foi a desfavorável conjuntura internacional associada com outros fatores menos essenciais que motivou a política de alianças do PT na campanha de 2002. O êxito eleitoral da sigla ocorreu num contexto bem adverso tanto no âmbito internacional quanto nacional. No quadro internacional havia um refluxo das forças de esquerda em todas as vertentes: nos Estados Unidos e na Europa predominavam governos conservadores, enquanto na América Latina a situação da esquerda também não era favorável. Somado a isto havia também a vulnerabilidade externa diante da qual obriga o governo Lula a “negociar” as metas desejadas. O “mercado” também estava desfavorável às manobras do novo governo (COUTINHO, *ibid*).

No âmbito nacional, as dificuldades residiam nas privatizações e na reforma do Estado, ambas realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Estas medidas do governo Cardoso desativaram muitos instrumentos necessários para implementar o “novo modelo econômico” prometido por Lula na campanha. Esse “novo modelo econômico” proposto priorizava a produção em detrimento da especulação financeira. Por isso Coutinho considerou “natural e correto” o fato do PT ter buscado uma interlocução com a burguesia industrial, formando aliança com o empresário José Alencar.

Machado (2004) vai buscar no próprio PT as causas motivadoras da aliança com o PL de José Alencar. O resultado eleitoral de 1989 desencadeia o processo responsável pela aliança do PT com o PL no ano de 2002. Os fatores a seguir impulsionaram a progressiva integração do PT à ordem: (1) crise do campo da esquerda provocada pelo desmoronamento da União Soviética; (2) ofensiva neoliberal no mundo e inclusive no Brasil; (3) crescimento da inserção institucional do PT desde 1988 e (4) o debilitamento do movimento social constituidor do Partido (MACHADO, *ibid*).

O autor menciona também a avaliação feita por Lula e o círculo dirigente partidário mais próximo dele (Campo Majoritário⁵) acerca da derrota eleitoral de 1989. Tal grupo atribuiu a um suposto excesso de radicalismo a causa da derrota. Assim, bastava adquirir um tom moderado que os setores empresariais, proprietários de terra e camadas mais abastadas das classes médias deixariam a rejeição de lado. O resultado concreto disso foi a ampliação das alianças e propostas em cada disputa eleitoral. Prevalcia a crença entre alguns dirigentes petistas do aspecto fundamental de uma aliança desse porte (PT-PL) para ganhar as eleições e até mesmo governar. Diz Machado (2004): “Ganhar a confiança do grande capital foi o objetivo central da

⁴ O PSTU declarou voto crítico em Lula e o PCO se posicionou pelo voto nulo.

⁵ O Campo Majoritário foi formado em 1995 pelas tendências moderadas do PT a fim de obter o comando da sigla. Ele é resultado de um processo de alianças e acordos entre distintas tendências, dentre as quais se destaca a Articulação.

imposição da aliança com o PL, e já era uma preocupação antiga de Lula e de outros dirigentes”.

Apesar da guinada na política de alianças e das concessões programáticas em favor de grandes grupos econômicos, a candidatura de Lula ainda assim conseguiu agregar boa parte das esquerdas. Pelo fato de Lula assumir vínculos com as elites nas eleições 2002 e ainda assim agregar vários setores das esquerdas, Benjamin (2002) considerou o petista um enigma sem condições de ser decifrado no momento daquelas eleições presidenciais. O referido autor indagou se Lula seria Fausto, Maquiavel ou Riobaldo?

Se ganhar a eleição [de 2002] e honrar as garantias que vem dando aos poderosos, Lula será Fausto, o personagem de Goethe que vendeu a alma ao diabo e obteve com isso o que sempre almejava. Se ganhar e conseguir virar o jogo, mostrando-se fiel aos setores populares que sempre o apoiaram, terá realizado uma impressionante operação política, digna de Maquiavel, que poderá mudar a história do Brasil. Se perder a eleição – em um segundo turno com José Serra, por exemplo – por ter sido abandonado pelas elites que vem tentando cativar com tanta paz e amor, lembrará Riobaldo Tatarana. Ao entrar para o cangaço, o antológico narrador de *Grande sertão: veredas* também vendeu a alma ao diabo. Comportou-se sempre de acordo com o pacto. No fim da vida, porém, perplexo e solitário, descobriu que o diabo não a havia comprado. Fausto, Maquiavel ou Riobaldo. O futuro dirá qual foi o papel de Lula na história contemporânea do Brasil (BENJAMIN, 2002).

O “enigma Lula” já nos apresenta elementos mais concretos para sua elucidação. Lula não só ganhou a eleição de 2002 como também garantiu a reeleição quatro anos mais tarde. Ao invés de qualquer medida no sentido de descuidar do controle da inflação ou de promover calote aos credores internos e externos, o governo, sob a direção do PT, tratou com rigor o problema da dívida pública – *superávit* primário elevado, combinação de juros altos com dólar desvalorizado, altos tributos, disciplina fiscal e metas de inflação. Outrora o candidato mais temido pelos “mercados”, Lula disputou a reeleição em 2006 defendendo os resultados do governo mais “ortodoxo” na economia desde a redemocratização do país (PATU, 2006: A12).

A política macroeconômica implementada pelo governo não contou com o apoio unânime dos petistas. Durante toda a gestão (2003-2006), setores do PT pressionaram de diversas formas a reorientação desse modelo macroeconômico. Conflitos de outra ordem também fizeram parte da relação entre PT e governo Lula. A escolha de alguns ministros gerou os primeiros atritos internos no PT na condição de “partido de governo”. Sem a aprovação das tendências da esquerda petista, empresários e executivos vinculados aos segmentos combatidos pelo Partido foram convidados para integrar a gestão. Partidos políticos sem afinidade ideológica com o PT também compuseram o primeiro escalão do governo.

O próximo passo para compreensão dos conflitos consiste na observação da composição do governo Lula (2003-2006) após o pleito de 2002. Pretendo observar os agentes partidários e setores sociais que foram inseridos no rol de ministérios.

FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA

Verificar a partilha dos cargos entre os próprios petistas e demais aliados constitui uma tarefa importante para decifrar os dissensos entre o par PT-governo. A

coalizão de apoio ao governo foi composta a partir das siglas e setores da sociedade que apoiaram Lula no pleito de 2002. O primeiro escalão do Poder Executivo incluía desde o PC do B até o PL e PTB.

A ampla e heterogênea coalizão governamental não tinha muitos representantes da esquerda petista nos cargos ministeriais. A representatividade desse setor na Câmara Federal saltou de 12 deputados para 28 nas eleições 2002 (ZORZAN, 2002). Esse aumento no número de parlamentares da esquerda petista no Congresso Nacional não se refletiu em termos de ministérios.

A pequena participação desse setor no Poder Executivo desponta como aspecto de suma relevância para o entendimento dos conflitos entre PT e governo. A composição do Poder Executivo privilegiou os integrantes do Campo Majoritário, gerando descontentamento nos setores da esquerda petista.

Alguns ministérios foram preenchidos por pessoas sem filiação partidária. Por exemplo: os empresários Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan⁶ ocuparam, respectivamente, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento. Ricci (2005) chama a atenção para o fato de que os empresários convocados para compor o governo não tinham relação com os segmentos empresariais mais progressistas ou mesmo vínculos com as plataformas das lideranças dos pequenos e microempresários, segmento que Lula buscou ampliar desde as eleições de 1994. Organizações mais progressistas como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto Ethos e a oposição empresarial à direção da FIESP foram preteridos do Poder Executivo.

A composição heterogênea dos ministérios, do ponto de vista de origem de classe e de partido político, reflete o arco de alianças feito pelo PT no segundo turno das eleições 2002. Oito partidos que apoiaram Lula no pleito eleitoral assumiram cargos no primeiro escalão do governo – PT, PL, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PTB. O PMN e o PCB, partidos componentes da coligação vencedora desde o primeiro turno, não ocuparam ministérios; mesmo assim permaneceram na base aliada. No Congresso Nacional, Lula contava ainda com os votos de setores do PMDB e da maioria da bancada do PP⁷.

O rol de ministérios ficou distribuído de acordo com a seguinte tabela:

⁶ À época, Furlan presidia o Conselho de Administração da Sadia e era vice-presidente da FIESP. Rodrigues era vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina e defensor do agronegócio.

⁷ O PP (Partido Progressista), ex-PPB e descendente direto da Arena (Aliança Renovadora Nacional), sigla que deu sustentação ao regime militar (1964-1985), anunciou a adesão formal à base de apoio do presidente Lula em maio de 2003. Para aderir ao governo, os congressistas do PP mantiveram várias indicações feitas para cargos federais de segundo e terceiro escalões durante os anos da gestão Fernando Henrique Cardoso. Maiores informações sobre a adesão do PP ao governo Lula podem ser vistas na *Folha Online* do dia 16 de maio de 2003.

Tabela 1 - Nomeação ministerial por partido

Partido	Quantidade de Ministérios
PT	21
Sem filiação partidária	7
PL	1
PSB	1
PDT	1
PC do B	1
PPS	1
PTB	1
PV	1
TOTAL	35

Fonte: *Folha Online* (Arquivos Folha) e (Especial Governo Lula). Disponíveis em: <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/ministro.nfo/query=*/doc/{1,0,0,0}/hit_headings/hit_only?>.

Acesso em: 01 jun. 2006 (Arquivos Folha);

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2006 (Especial Governo Lula, 2002b).

Nota-se a quantidade significativa de ministérios concentrados pelo PT, ocasionando uma divisão desproporcional dos cargos de primeiro escalão entre os aliados. Coube ao PT um total de vinte e um postos ministeriais num universo de trinta e cinco, ficando então com 60% desse total. Essa situação guarda semelhança com apenas dois momentos na história do Brasil republicano: governo Dutra (1946-51) e o governo Sarney (1985-90). No primeiro caso, o PSD detinha cerca de 50% dos postos ministeriais; no início do governo Sarney, o PMDB teve mais de 70% dos postos.

A primeira formação do ministério do governo Lula não seguiu a risca o critério da divisão dos cargos conforme a quantidade de cadeiras parlamentares das siglas aliadas. Com exceção do PT, as demais siglas receberam cada uma apenas um ministério. O PTB, que possuía 41 deputados federais, e o PV, com seis, ficaram com a mesma cota ministerial. A quantidade de ministros sem filiação partidária era de 20%. A soma desse número de indicações não partidárias com o total de ministros do PT equivalia a 80% dos cargos ministeriais. Isso significa que 4/5 do primeiro escalão do Poder Executivo estava sob controle do PT e de técnicos.

A tabela a seguir mostra a proporção de cadeiras parlamentares de cada partido na Câmara Federal e o número de ministérios de cada sigla.

Tabela 2 - Bancadas partidárias e peso ministerial

PARTIDO	BANCADA⁸	%	Nº DE MINISTÉRIOS	%
PT	91	17,74%	21	60%
PFL	76	14,81%	-	-
PMDB	70	13,65%	-	-
PSDB	63	12,28%	-	-
PPB	43	8,38%	-	-
PTB	41	7,99%	1	2,8%
PL	34	6,63%	1	2,8%
PSB	28	5,46%	1	2,8%
PDT	18	3,51%	1	2,8%
PPS	21	4,09%	1	2,8%
PC do B	12	2,34%	1	2,8%
PRONA	6	1,17%	-	-
PV	6	1,17%	1	2,8%
PMN	2	0,39%	-	-
PSC	1	0,2%	-	-
PSL	1	0,2%	-	-
Sem filiação partidária	-	-	7	20%
TOTAL	513	100%	35	100%

Essa concentração de cargos ministeriais na cota do PT caracteriza uma “coalizão concentrada”. Isto significa que um único partido detém o controle de grande parte dos ministérios. Conforme Abranches (1988), a “coalizão concentrada” representa uma “faca de dois gumes”. Por um lado, confere ao Presidente da República maior autonomia em relação aos partidos menores da coalizão governativa. Por outro lado, obriga o governante a manter sólidos laços com o partido majoritário da coalizão.

No caso do partido majoritário ser heterogêneo do ponto de vista interno e regional, desponta-se alguns riscos para o chefe do Poder Executivo. Nas palavras do próprio Abranches: “(...) a autoridade presidencial é confrontada pelas lideranças regionais e de facções intrapartidárias. Mas o risco maior, neste caso, adviria de um rompimento do partido com o presidente, deixando-o apenas com o bloco de partidos minoritários da aliança” (ABRANCHES, 1988: 26).

O PT, sigla majoritária da coalizão governativa, não se enquadra nesse perfil de partido político controlado por “caciques” regionais. As divisões intrapartidárias no PT são reflexos das disputas entre tendências internas. As lideranças do Partido

⁸ Considerei como “bancada” apenas o número de parlamentares da Câmara Federal, seguindo o exemplo da literatura que trata desse assunto (caso de Meneguello [1998]).

vinculadas às tendências internas majoritárias agiram de forma alinhada com o governo, evitando o confronto com o Presidente da República. O mesmo não ocorreu com as lideranças das tendências minoritárias. Parlamentares da esquerda petista confrontaram o governo em diversas situações. Dentre as insatisfações com o Poder Executivo, constava a reclamação por cargos no primeiro escalão do governo.

Embora o PT dirigisse a maioria dos ministérios, havia setores da sigla descontentes com a divisão desses postos governamentais. O número de 60% dos cargos ministeriais nas mãos dos petistas revelou dois aspectos da correlação de forças internas no Partido: (1) hegemonia das alas moderadas e (2) dos militantes do Estado de São Paulo. Os paulistas obtiveram sete cargos com *status* de ministério, sendo que alguns desses postos são dos mais cobiçados pelos partidos. O Ministério da Fazenda (no âmbito da economia), a Casa Civil (no âmbito da articulação política) e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (no âmbito das políticas sociais) foram alguns dos postos estratégicos ocupados por representantes do PT paulista.

Os gaúchos veem em seguida com cinco cargos ministeriais. Os Estados de Minas Gerais e Bahia ficaram com dois cargos cada um. Os outros Estados que entraram na cota petista tiveram apenas um ministério. A região Norte foi representada somente pelo Estado do Acre, ocupando o Ministério do Meio Ambiente. A região Nordeste teve dois cargos com o PT baiano e um com os petistas de Pernambuco. Em termos regionais, os Estados do Sul e Sudeste concentraram 76% dos vinte e um cargos ministeriais encabeçados pelo PT.

Quanto ao eixo intrapartidário, prevaleceu a força política da tendência Articulação e dos militantes independentes. Os petistas das alas moderadas se ocuparam dos ministérios mais importantes. Couberam às tendências de esquerda somente a Secretaria Nacional de Pesca, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Cidades. A tendência Articulação de Esquerda se encarregou da Secretaria Nacional de Pesca, enquanto a Democracia Socialista (DS) ocupou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Cidades.

O grupo majoritário no PT também se tornou o setor majoritário dentro do governo Lula. O “núcleo duro” do governo federal era o mesmo que conduzia o Diretório Nacional do PT. Os integrantes da Articulação formavam o grupo dirigente do governo e do Partido, tendo em vista que detinham a maior parte dos cargos ministeriais e dos postos das instâncias partidárias. Além da expressiva quantidade de postos de comando, a Articulação ocupava cargos de destaque tanto na esfera governamental quanto na partidária.

Os setores da esquerda petista, por sua vez, não tiveram a mesma vinculação estreita com o governo Lula. Nota-se uma participação restrita das tendências de esquerda na composição do primeiro escalão do governo, apesar das reivindicações desse setor por mais espaço no Poder Executivo.

A reduzida participação das tendências de esquerda no primeiro escalão do governo caracterizou uma cisão entre os setores minoritários da sigla e a gestão Lula. Isto provocou reações contrárias da esquerda petista que perduraram durante todo o governo. A princípio, as queixas tratavam claramente da ocupação do Poder Executivo. Depois, ganharam um tom mais ideológico e programático.

Os dirigentes petistas optaram pela “exclusão relativa” das tendências de esquerda na esfera do governo. Essa “exclusão relativa” começou na formação da equipe de transição e se estendeu na composição dos ministérios. Dos cinquenta e um membros da equipe de transição, apenas um pertencia às fileiras da esquerda petista. Arno Augustin, da Democracia Socialista (DS), foi o único convidado da esquerda

petista para fazer parte do grupo que conduziu a transição entre o governo tucano e a gestão Lula. Essa situação perdurou na equipe ministerial.

A pequena representatividade da esquerda petista nos órgãos ministeriais gerou uma relação de distanciamento desse setor partidário com os rumos da gestão federal. Isso porque as decisões centrais da arena governamental não passavam pelas mãos dos representantes da esquerda petista. De acordo com Ricci (2005: 36), o “núcleo duro” do governo era composto pelos ministros José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken, Luiz Dulci e o próprio Presidente Lula. Todos esses nomes são oriundos da tendência Articulação.

A predominância das alas moderadas do PT no primeiro escalão do governo não foi a única característica marcante desse momento inicial da gestão Lula. Outro aspecto também se sobressaiu: a heterogeneidade de forças políticas, inclusive com interesses opostos, atuando no Estado. O caráter heterogêneo da aliança de apoio a Lula remonta ao período eleitoral. Com a vitória no pleito de 2002, a cúpula petista dá prosseguimento à composição de uma coalizão ampla e heterogênea.

A composição do novo governo com um amplo leque de partidos políticos proporcionou ônus e bônus. Por um lado, a larga base de apoio do governo possibilitava uma maioria de votos no Congresso Nacional capaz de aprovar os projetos do Poder Executivo. Por outro lado, a heterogeneidade dessa base aliada dificultava para o próprio governo o andamento de projetos mais controversos.

A diversidade de concepções na base aliada se manifestava no acolhimento a determinadas políticas governamentais. Nem todos os setores do governo eram favoráveis à autonomia do Banco Central, ao projeto de reforma da previdência, à manutenção da política macroeconômica herdada da gestão FHC, etc. Setores do próprio PT foram veementes críticos dessas referidas políticas governamentais.

Em algumas situações, os petistas apareceram como os principais contrapontos da gestão federal. A expulsão dos parlamentares petistas, votação da PEC do sistema financeiro, dissidências no PT durante as denúncias do mensalão e outras situações ocorridas durante o quadriênio 2003-2006 expressam o descompasso entre dirigentes governamentais e petistas vinculados aos setores minoritários da sigla.

A “LINHA POLÍTICA” PARTIDÁRIA EM DISPUTA

Os conflitos decorrentes das gestões petistas na década de 1980 e início dos anos 1990 envolviam dilemas relativos ao papel da organização partidária na condução das administrações públicas. Partido e governo travaram uma ferrenha queda de braço para saber quem decidia os rumos das políticas governamentais. No meio dessa disputa, havia também os impasses referentes à ocupação de cargos nas esferas do Poder Executivo. As tendências internas digladiavam-se pelo comando dos postos centrais da administração pública. Afinal, a tendência com mais representantes nos escalões do governo dispunha de maior poder decisório nas políticas governamentais.

Com a ascensão do PT ao Poder Executivo nacional, novos dilemas e perspectivas vieram à tona na agenda de debates internos da sigla. Os conflitos relativos à ocupação de cargos permaneceram. Algumas tendências internas mostraram-se insatisfeitas com a divisão dos cargos, enquanto outras acumularam força e poder decisório nos postos estatais.

A composição pluriclassista do Poder Executivo não escondia o “núcleo duro” da gestão. Petistas da tendência Articulação – José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz

Gushiken, Luiz Dulci e o próprio Lula – concentravam nas mãos as principais deliberações da esfera governamental. Esses petistas, antigos dirigentes do Partido antes de iniciar a gestão Lula, foram personagens centrais na condução do governo e na dinâmica de conflitos internos no PT. Afinal, as decisões tomadas na esfera governamental não passavam imune à esfera partidária. A gestão econômica é exemplo disso. As decisões governamentais no âmbito macroeconômico implicaram diretamente nos conflitos PT-governo.

O manuseio dos mecanismos macroeconômicos dividiu opiniões dentro do PT. Diante do contexto socioeconômico adverso em fins de 2002 e das inúmeras especulações quanto à capacidade governativa do Partido, os dirigentes governamentais puseram em prática uma política de controle inflacionária bastante recessiva. Diversos setores do PT – principalmente as parcelas mais à esquerda – mobilizaram-se para reverter a política econômica em vigor, gerando conflitos entre setores do Partido e o governo.

Os petistas vinculados às tendências de esquerda foram veementes críticos e opositores das decisões governamentais de teor econômico. Esses petistas se utilizaram da “linha política” partidária para defender as posições contrárias ao governo. Segundo Panebianco (2005), a “linha política” desponta como instrumento de manutenção da identidade partidária. A legitimidade da organização partidária está estreitamente vinculada com a coerência das ações em conformidade com a “linha política”, conforme lembra Panebianco: “se a linha política perde credibilidade, a própria identidade do partido fica prejudicada, pelo menos até que se adote uma linha política de substituição” (PANEBIANCO, 2005: 81).

A esquerda petista aproveitou as denúncias de corrupção (“mensalão”, “dólar na cueca”, caixa dois, etc.) contra o grupo hegemônico do Partido para fazer uso da “linha política” nas batalhas internas. As “bandeiras históricas” do PT eram veementemente lembradas pelas tendências de esquerda nas disputas pela hegemonia interna da sigla. O grupo dominante nas instâncias de direção do Partido era o mesmo que dirigia o governo.

Vale destacar que o descontentamento com a macroeconomia não se restringia aos círculos minoritários da sigla. O grupo dirigente do PT também emitia sinais de desaprovação ao governo. Ao contrário das tendências de esquerda, a “coalizão dominante” não provocava grande estardalhaço nas pontuais investidas contra o Poder Executivo. Ficava a cabo dos setores mais à esquerda as manifestações públicas de contrariedade ao governo. A situação desses setores lembra o que Sartori chamou de “minorias intensas”. Cito-o: “Seja como for, o fato inquestionável é que as minorias intensas têm um peso extra nos processos de tomada de decisão; sua intensidade compensa sua inferioridade numérica” (1994: 302).

As “minorias intensas” do PT buscavam compensar a inferioridade numérica no Congresso Nacional e nas instâncias partidárias a partir das mobilizações de rua. À revelia dos dirigentes partidários e governamentais, os parlamentares da esquerda petista compareciam às marchas do funcionalismo público contra os projetos do Poder Executivo. A militância desses parlamentares junto aos movimentos sociais reforçava a pressão contra o governo.

À primeira vista, os conflitos entre petistas e governo parecem se resumir à velha disputa das tendências internas em torno da “linha política” – disputa pela formulação programática, tipo de alianças eleitorais e coalizões governativas, definição das prioridades governamentais, atuação parlamentar, etc. Contudo, nesse conflito de aparência apenas ideológica desponta algo mais. Refiro-me à mobilização das tendências de esquerda por mais espaço nas instâncias governamentais e partidárias.

A pequena participação desse setor nos cargos governamentais de primeiro escalão tornou-se um aspecto crucial no desenrolar dos conflitos entre esquerda petista e governo federal. Antes de 2003, as disputas internas envolviam a direção do Partido e questões relativas às administrações petistas nas esferas municipais e estaduais. Tais conflitos não ganharam a mesma dimensão e visibilidade dos atritos decorrentes da gestão Lula. Com a ascensão dos petistas ao governo federal, veio à tona a partilha das responsabilidades dos grupos internos com a sustentação da gestão Lula.

Tendo em vista a pequena quantidade de cargos ministeriais obtidos, os grupos minoritários da sigla não estabeleceram uma relação de apoio ao governo na mesma proporção do setor majoritário. Havia uma estreita vinculação entre dirigentes governamentais e dirigentes partidários em termos de apoio recíproco e ocupação de espaços decisórios. O mesmo não ocorreu com o setor minoritário da sigla. As tendências de esquerda tiveram uma relação mais distante e conflituosa com a esfera decisória do Poder Executivo.

Isto não significa que a sustentação do governo Lula se expressava apenas no número de ministérios de cada tendência. Meu objetivo é ressaltar o seguinte: a restrita participação da esquerda petista nos rumos das políticas governamentais contribuiu largamente para que esse setor adotasse uma postura mais incisiva contra os projetos destoantes da “linha política” partidária. Em diversas situações – atritos relacionados à manutenção da política macroeconômica, votação da PEC do sistema financeiro, votação da Reforma da Previdência, expulsão dos parlamentares petistas, escândalo do “mensalão”, Processo de Eleições Diretas (PED) do PT em 2005, etc. –, as tendências de esquerda decidiram pelo embate público com os dirigentes partidários e governamentais.

Vale ressaltar que os dois grupos – (1) tendências de esquerda e (2) setor majoritário – se expressavam a partir de “lugares” distintos. De um lado, os petistas mais à esquerda ocupavam basicamente funções no Partido e no Congresso Nacional. Esses petistas não desempenharam papel de destaque nas atividades da esfera governamental. Do outro lado, os integrantes do setor majoritário da sigla formavam o “núcleo duro” do governo. Essa divisão dos petistas em “lugares” e funções distintas evidencia outro aspecto: o conflito entre tendências de esquerda e governo era também expressão das disputas entre petistas em cargos governamentais versus petistas no Partido e no Congresso. Cada uma dessas esferas condiciona atribuições específicas.

A lógica de atuação daqueles que estão nas atividades parlamentares e nas instâncias partidárias difere substancialmente da lógica de ação presente nas atividades de governo. As responsabilidades governamentais recaem basicamente sobre aqueles locados no Poder Executivo. Segundo Couto (1995), o arranjo político brasileiro contribui para “não-responsabilização” dos parlamentares na definição dos rumos do governo. Nas palavras do autor:

O Presidencialismo (particularmente no Brasil), contribui para a não-responsabilização dos parlamentares na condução do governo. É o Poder Executivo o grande responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da gestão governamental aos olhos do eleitorado, muito embora várias de suas iniciativas possam ser vetadas pelo Poder Legislativo (COUTO, 1995: 242).

O mesmo se pode afirmar dos dirigentes partidários sem cargos governamentais. Eles orientam a atuação política com vista a organizar as demandas das bases eleitorais e levá-las para o Estado. O público que os parlamentares e os dirigentes partidários atendem é bem mais restrito do que o público atendido pelos governantes.

Os petistas encarregados de cargos governamentais precisavam dialogar inclusive com setores combatidos pelo Partido durante o período de oposição.

Os petistas da “coalizão dominante” tiveram postura bem diferenciada em comparação com as tendências de esquerda. Os integrantes do Campo Majoritário, na condição de dirigentes partidários e governamentais, faziam a defesa mais veemente do governo. Aqueles que estavam no Congresso Nacional e na direção partidária sinalizavam aos “petistas no governo” a necessidade de reorientar o modelo econômico. Ainda assim, as críticas eram bem pontuais e discretas quando se leva em conta o teor das ações das “minorias intensas”.

As tendências de esquerda, submetidas basicamente aos parâmetros de ação da esfera partidária e parlamentar, pautaram a relação com os dirigentes governamentais por meio de uma lógica de conflitos. As “minorias intensas” cobravam bastante o governo para agir em conformidade com a “linha política” do Partido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. From Interdependence to Neo-mercantilism: Brazilian Capitalism in the Age of Globalization. **Latin American Perspectives**, v. 34, p. 92-114, 2007 (versão em português).

BACHA, Edmar L.; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p.163-189, julho-setembro/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n3/a01v25n3.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

BENJAMIN, César. O Enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo? **Centro de Mídia Independente**, 19 set. 2002. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/09/36521.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

COTTA, Elaine. Falta de experiência administrativa de Lula preocupa S&P. **Folha Online**, São Paulo, 03 jul. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u50626.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Governo Lula ou o estreito fio da navalha. **Gramsci e o Brasil**, dez. 2002. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arguiv244.htm>. Acesso em: 15 abr. 2007.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FOLHA ONLINE. Ministério. **Folha Online- Especial- 2002- Governo Lula**, São Paulo, 2002. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2006.

FRANCO, Gustavo H. B. **O desafio brasileiro**: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEAL, P. R. Figueira. **O PT e o dilema da representação política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MACHADO, João. As eleições de 2002 e o significado do governo Lula - Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PATU, Gustavo. Lula é presidente mais ortodoxo em 20 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A12, 09 jul. 2006.

RICCI, Rudá. A noite de São Bartolomeu ou quando a força é maior que a astúcia. **Política Democrática** – Revista de Política e Cultura, Brasília, ano IV, n. 11, p.33-41, abr. 2005.

RODRIGUES, Fernando; CABRAL, Otávio. PP, ex-PPB, anuncia apoio formal a Lula. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 16 mai. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200310.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

ROSSI, Clóvis. Soros diz que EUA irão impor Serra e que Lula seria o caos. **Folha Online**, São Paulo, 08 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33369.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SECCO, Alexandre; LIMA, Maurício. Empresários na agenda de Lula. **Veja**, São Paulo, 22 mai. 2002. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/220502/p_038.html>. Acesso em: 20 jun. 2006.

SICSÚ, João *et al.* Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v.27, n.4, p. 507-524, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**, 22 jun. 2002. Disponível em:

<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324> >. Acesso em: 21 ago. 2008.

SOUZA, Leonardo. Bancos acenam com apoio a Lula, se eleito. **Folha Online**, São Paulo, 27 mai. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u32964.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

ZANINI, Fábio. PT quer José Alencar (PL) como seu "avalista". **Folha Online**, São Paulo, 16 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33621.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

ZORZAN, Patrícia. Até agora calada, esquerda do PT reivindica espaço. **Folha de São Paulo- Especial**, online, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200218.htm>>. Acesso em: 28 out. 2010.